



POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE AS MISSÕES DE PAZ COMO INSTRUMENTO DE INSERÇÃO INTERNACIONAL¹

Ana Iza de Araújo Costa²
anaiza_2433@hotmail.com

RESUMO

O artigo tem como principal objetivo discutir como as missões de paz contribuíram para a projeção internacional do Brasil, tornando relevante sua participação nas atividades das Nações Unidas, contando com a atuação das Forças Armadas e sua coordenação/liderança em algumas operações. O trabalho aborda as operações efetuadas em Moçambique, Angola e Timor Leste, levando em conta à consecução do objetivo de busca de uma reputação e mais inserção no âmbito internacional, enfatizando o desejo brasileiro de conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Há uma ênfase nos casos do Haiti e Líbano como missões marcantes para a consolidação do Brasil no âmbito internacional. Este trabalho orienta-se por pesquisas bibliográficas, com enfoque qualitativo.

Palavras-chaves: Política Externa Brasileira; Diplomacia; Inserção internacional; Operações de Paz.

ABSTRACT

The main objective of the article is to discuss how the Peace missions contributed to Brazil's international projection, making its participation in United Nations activities relevant, with the Armed Forces acting and their coordination/leadership in some operations. The paper will address the operations carried out in Mozambique, Angola and East Timor, taking into account the achievement of the objective in search of a reputation and space in the international scope, emphasizing the Brazilian desire to obtain a permanent seat in the UN Security Council. Finally. It's emphasizes the cases of Haiti and Lebanon as outstanding missions for the consolidation of Brazil at the international level. This work will be guided by bibliographical research, with qualitative methodology.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Diplomacy; International Insertion; Peace Operations

INTRODUÇÃO

A partir da literatura que discute a política externa brasileira e seus princípios básicos de atuação, este artigo tem como principal objetivo analisar como as missões de paz das Nações Unidas puderam contribuir para a inserção Brasil como ator relevante no âmbito internacional.

A Política Externa do Brasil é tradicionalmente orientada pelos princípios básicos como o da não-intervenção, o respeito a autodeterminação, não ingerência e o pacifismo. Esses princípios podem se identificar como formadores do comportamento externo

¹ Este artigo corresponde à pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso da autora

² Graduanda em Relações Internacionais no Centro Universitário Estácio do Recife.



brasileiro e das suas escolhas nas participações das ações internacionais em nome dos interesses nacionais (CERVO, 1992).

A não-intervenção é um dos mais antigos princípios que regem as relações internacionais do Brasil, previsto no artigo 4º da constituição brasileira. Segundo o direito internacional, a não intervenção consiste na obrigação de não intervir nos interesses internos de outros Estados, direta ou indiretamente, com a intenção de afetar ou subordinar sua vontade, inclui-se também a proibição de ameaça ou uso de força contra a independência política de qualquer Estado (ONU, 1945).

Registrada na Carta das Nações Unidas, em seu artigo 2, afirma-se que:

Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução, no termo da presente Carta, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII (ONU, 1945, p. 7, Artigo 2).

Desta forma, a continuidade brasileira de reforçar os princípios e valores característicos da sua política externa, tem aumentado sua percepção internacional e contribuiu para seu destaque como um país singular, capaz de conseguir ajustar qualquer circunstância pacificamente.

Segundo o discurso do embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores na década de 1990, a tradição da diplomática do Brasil, desde a independência, tem um sentido realista, evitando guinadas robustas de doutrina de comportamento (LAMPREIA, 1999).

Por ser um país dependente, o Brasil mostra seu desejo em ascender no cenário internacional. Sua participação em grandes conflitos como a Primeira e Segunda Guerra Mundial, ampliou em grande medida sua credibilidade internacional. Ao longo dos anos, engajou seu interesse nas missões de paz dirigidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de solucionar problemas que afetam outros países que passam por crises internas e ameaças de países vizinhos (MIYAMOTO, 2013).

O Brasil conseguiu obter um grande trajeto de participações das operações de paz da ONU, e chegou a assumir importantes tarefas de coordenação e comando militar como no Haiti (MINUSTAH) e no Líbano (UNIFIL)³. Enquanto a primeira missão no Haiti, trouxe um grande prestígio e destaque brasileiro no cenário mundial; a segunda missão (Líbano) destaca o Brasil na liderança da única força naval atuando pela ONU no mundo, conduzindo suas atribuições de forma autônoma (MINISTÉRIO DA DEFESA, s/d).

Com ênfase nas missões do Haiti e do Líbano, o Brasil se torna cada vez mais eficaz nas operações, notando-se uma progressiva capacidade de evolução, trazendo mudanças e um novo trajeto para a política externa, inserindo o país em questões humanitárias.

Veremos na primeira seção do trabalho um histórico da Política Externa do Brasil, desde a influência do Barão do Rio Branco nos princípios básicos da diplomacia

³ MINUSTAH é a sigla usada para a operação efetuada no Haiti (Missões Das Nações Unidas para a Estabilização no HAITI). UNIFIL é a sigla usada para a operação efetuada no Líbano (Força Interina das Nações Unidas no Líbano).



brasileira diante seu envolvimento em grandes conflitos internacionais, e logo em seguida uma sessão teórica sobre as mudanças de intervencionismo em uma visão de questões humanitárias regido pelas Nações Unidas. Finalizaremos com o comportamento brasileiro nas operações de paz com o objetivo de enfatizar sua ascensão nas missões do Haiti e Líbano conduzindo de forma autônoma, adquirido mais espaço e confiança no meio internacional. Este trabalho adota uma metodologia qualitativa por meio de pesquisas bibliográficas

1. HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: ENFOQUE NOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DA DIPLOMACIA

A linha histórica que rege a política externa brasileira se iniciou com José Maria da Silva Paranhos Júnior, o chamado Barão de Rio Branco, que foi o Ministro das Relações Exteriores no início da República (1902-1912). Ele foi responsável por grandes negociações, como por exemplo, o envolvimento nas questões fronteiriças com os países vizinhos da América do Sul, e a aproximação estratégica com os Estados Unidos, quebrando significativamente uma política externa voltada para Europa, muito marcada pela época do Império. Esses fatos possibilitaram a inserção internacional do Brasil de modo relevante e fez com que Rio Branco se tornasse o patrono da diplomacia brasileira, uma das figuras mais importantes da história do Brasil (DORATIOTO, 2000).

Contemplado de grande conhecimento que obteve através de estudos e experiências na participação de ações políticas com seu pai, o Visconde do Rio Branco, a atuação do Barão nas negociações da América do Sul trouxe bastante destaque, não só em aspectos econômicos e geográficos, mas também por valorizar o diálogo e uma postura pacífica para solucionar os conflitos, mantendo a paz e o respeito entre os países vizinhos (DORATIOTO, 2000).

Diante de sua longa trajetória à frente da diplomacia, Rio Branco defendeu os princípios que já constituíam a política externa brasileira, como o pacifismo, igualdades entre as nações, independência nacional e solidariedade coletiva, estabelecendo uma política coerente e segura, favorecendo uma estabilidade na política regional e prestigiando vários representantes que passaram pelo governo do Brasil. José Maria de Paranhos Júnior cumpre sua caminhada alcançando com sucesso seus objetivos, deixando seu legado através de uma diplomacia bem-sucedida (EVAMAR BRITO, s/d).

A trajetória política internacional do Brasil após o Barão do Rio Branco continuou cumprindo com seus valores, preservando a soberania, o desenvolvimento interno, a não-intervenção e o prestígio internacional. A prova disso se dá na participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, durante a fase final do conflito.

A neutralidade brasileira na fase do combate da Primeira Guerra Mundial foi bastante clara, seguindo o mesmo passo dos Estados Unidos. Vale ressaltar que o Sul do Brasil contava com uma grande parte de imigrantes alemães, e com a forte ligação política e comercial. A postura da não participação do Brasil de início foi resguardada. Essa decisão muda quando um submarino alemão foi responsável por afundar o navio brasileiro Paraná, causando grande comoção nacional. A partir disso o Brasil declara guerra contra a Alemanha, enviando seus soldados para a batalha e vencendo ao lado dos países aliados (BARRETO, 2003).



O Brasil foi o único país Sul-Americano que participou desse grande conflito internacional. A sua participação rendeu prestígio e destaque, contando com a oportunidade de participar das reuniões de Versalhes, firmando seu assento rotativo na Liga das Nações após o fim da primeira guerra (BARRETO, 2003).

Nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), meados da década de 1930, as mudanças com o governo de Getúlio Vargas trouxeram impactos para a política externa brasileira. O plano de industrialização e modernização inaugurado por Vargas aproximou-o da Alemanha Nazista como seu principal exportador, preocupando os Estados Unidos que também mantinha acordos bilaterais com o governo brasileiro. De fato, essa barganha da diplomacia brasileira consistia em obter vantagens econômicas e comerciais de ambas (TOMAIM, 2011).

Com o fim das relações diplomáticas com os alemães, a Alemanha atacou vários navios brasileiros em terras internacionais, causando centenas de civis mortos e inocentes. Após a divulgação do número de mortos, a população mostra grande insatisfação, levando o Brasil a tomar decisões drásticas diante as agressões sofridas (TOMAIM, 2011).

Diante de vários ataques, o Brasil declara formalmente guerra contra a Alemanha em 1942. A aliança com os Estados Unidos levou a instalar bases militares e a entrega de armamentos às Forças Armadas Brasileira, possibilitando treinamento e materiais necessários para a ação (TOMAIM, 2011).

O Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, declarou que os objetivos políticos do Brasil deveriam buscar sempre uma posição relevante na política mundial, dando ênfase na sua superioridade como país sul-americano. Além das razões internacionais, ter uma relação íntima com os Estados Unidos garantiria para a política doméstica, de modo a superar o subdesenvolvimento e ganhar importância com outros países no meio internacional (FERRAZ, 2005).

A garantia da participação brasileira na segunda guerra mundial ajudaria em um melhor diálogo com os Estados Unidos além de fortalecer suas Forças Armadas e sua industrialização. Assim, acreditava-se em um prestígio duradouro no pós- guerra, o que de fato não ocorreu (FERRAZ, 2005).

Um das motivações brasileiras ao enviar tropas para a guerra era a conquista de um lugar de destaque na política internacional do pós a guerra. No entanto, ao recusar o uso das tropas como força de ocupação na Europa destruída, perdeu a oportunidade de ganhar a importância na reordenação mundial. Mesmo no continente, a aliança com os Estados Unidos não produziu os efeitos desejados de uma preeminência brasileira na América do Sul. Aos Estados Unidos, potência hegemônica capitalista no mundo, não interessava compartilhar poder político no sul do continente americano com o Brasil ou qualquer outro país (FERRAZ, 2005, p.66-67).3

O Brasil sai da guerra com algumas melhorias internas, porém com a reorganização do capitalismo mundial, sua situação econômica continuou dependendo das relações com os Estados Unidos.

Com o fim da Segunda Guerra, o contraste de ideologia no sistema internacional entre o capitalismo e o socialismo era predominante na política. A disputa estratégica entre os Estados Unidos e União Soviética pelo controle de



influência no planeta, passou a tomar forma e dividiu o mundo entre os países capitalistas desenvolvidos, que ficou conhecido por países de Primeiro Mundo; dos países socialistas, chamados de Segundo Mundo (VIZENTINI, 1995).

O conflito direto entre as superpotências não chegou a existir, por isso o termo usado como Guerra Fria. Entretanto, essa caracterização de bipolaridade mundial trouxe a oportunidade para ocasionar diversas descolonizações e o surgimento de novos Estados independentes. A desenvoltura dessa nova categoria e o não alinhamento de alguns países diante a bipolaridade, foi ditado por alguns autores como países de Terceiro mundo. Essa expressão implica aos grupos de nações que se sentiam distante dos que se consideravam „desenvolvidos“ (VIZENTINI, 1995).

A América Latina, e especificamente o Brasil, passaram por uma divergência na política externa em relação aos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Visto que os americanos voltaram sua atenção para os países europeus, onde a influência socialista poderia ocorrer mais ativamente, isso serviu como um descaso para os antigos aliados da América, quando acharam que deveriam ser mais beneficiados com a parceria dos EUA durante este período (VIZENTINI, 1995).

Essa luta ideológica chega ao fim em 1970, quando a União Soviética entra em crise e a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica no sistema internacional. A atuação da política externa brasileira segue à frente em busca de seus interesses nacionais e maior reconhecimento no meio internacional. Sua participação nas missões de paz realizadas pela ONU (Organizações das Nações Unidas) consegue inovar a busca por destaque no âmbito internacional, porém mudando seu comportamento de forma contestável (VIZENTINI, 1995).

2. UMA VISÃO SOBRE INTERVENÇÃO NAS OPERAÇÕES DE PAZ

As Nações Unidas é uma organização composta por Estados soberanos. Esses Estados têm lutado insistentemente contra a não ingerência nos assuntos internos em favor da proteção da soberania. Apesar de a proibição à intervenção está fortemente explícita na Carta da ONU em seu artigo 2, há também de fato algumas exceções, como por exemplo o Capítulo VII da Carta que constitui em si uma permissão à aplicabilidade ao princípio da não intervenção

Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacional. As medidas tomadas pelos membros os exercícios desse direito de legítima defesa serão comunicados imediatamente ao Conselho de Segurança que a presente Carta atribuiu ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a ação de julgar necessária a manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacional (ONU, 1945, Artigo 51).

Os experimentos da ONU em solucionar os conflitos internos dos Estados e entre eles resultaram nas operações de paz desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A necessidade de colocar em prática a paz mundial e a responsabilidade internacional foi assumida na Carta fundadora da organização que define os pontos fundamentais para guiar essas operações de paz. Consiste na mesma que, das partes envolvidas no conflito, a



imparcialidade do interventor e o não uso da força, exceto em autodefesa. O começo desses experimentos de manutenção de paz se deu no início do período da Guerra-fria, que para alguns autores ficou conhecido como Primeira Geração de *Peacekeeping* (RAMSBOTHAM, 2008).

Depois da Guerra-Fria as concepções sobre conflitos foram de certa forma mudadas. A participação de atores não estatais contribuiu para formação de novos grupos de milícias e criminosos, movidos por interesses paralelos e ou particulares, gerando novos conflitos que desafiam o papel central do Estado como único ator e legítimo no controle do monopólio. Dentro desse modelo, as missões de paz assumem um papel maior e mais complexo, integrando atividades de natureza militar, de desenvolvimento e humanitárias. Essas experiências ficaram conhecidas como Segunda Geração das operações de paz, criando um novo modelo de intervenções multidimensionais (RAMSBOTHAM, 2008).

Algumas intervenções em missões de paz não mostraram resultados satisfatórios, como por exemplo, as operações efetuadas na Somália e Ruanda. No contexto de críticas, o Secretário-Geral da ONU implica a necessidades de reforçar os estudos sobre o fracasso cometido pela organização, esse grupo de trabalho ficou conhecido por *Panelon United Nations Peace Operations*, resultando em um relatório com considerações e recomendações importantes, Relatório Brahimi (ONU, 2000).

Lakhda Brahimi foi o autor deste relatório que expressou sua preocupação sobre as condições institucionais das operações de paz, e apresentou a necessidade de mudança operacional e organizacional. O limite do uso de força como medida de proteção para civis se encontra no relatório como destaque para ser reinterpretada como uma possibilidade do uso robusto da força, provendo não é a proteção dos civis como também quando houver ameaças do tipo *spoilers* da paz, que significa o uso de violência de grupos que desafiam a manutenção e consolidação da paz. Essa nova recomendação do uso da força se inclui no chamado de Terceira Geração das operações de paz (RAMSBOTHAM, 2008).

As transformações dos modelos de intervenções ao passar dos anos ficaram cada vez mais presente nos Estados em nome dos valores humanos universais. Os direitos humanos durante a época da Guerra-Fria adquiriram no âmbito internacional uma posição de destaque, sua evolução enfatizou a preocupação com a proteção dos direitos, tendo um papel fundamental na criação de condutas aceitáveis em situação de conflitos (CORRÊA, 2011).

Desde a criação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, uma instituição humanitária que iniciou em 1863, em Genebra, com o intuito de proteger a vida e a dignidade dos indivíduos vítimas dos conflitos internacionais e internos, a internacionalização dos direitos humanos se expandiu em fortes justificativas humanitárias, levando seu entendimento como noção de universalidade, inerente a todos os indivíduos (FINNEMORE, 2003).

A Declaração Universal de Direitos Humanos, que não possui caráter obrigatório, foi um regime jurídico dos direitos humanos adotado em 1948. Em 1966 foram adicionadas mais três contribuições jurídicas: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação; a Declaração sobre os Direitos Civis e Políticos; e a Declaração sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O principal efeito sobre



esses documentos é o foco do indivíduo no Direito Internacional, que é a influência fundamental de ser ter uma base para intervenção (CORRÊA, 2011).

No novo contexto internacional, depois da Guerra Fria, a intervenção humanitária começa a ser vista como algo legítimo, sendo realizada de forma multilateral. As mudanças no cenário também impactaram as operações de paz da ONU, adquirindo caráter multidimensional para atender as demandas e articulação entre os direitos humanos e a segurança internacional (FINNEMORE, 2003).

O ritmo de mudanças nas questões dos direitos humanos e os avanços no Direito Internacional Humanitário estabelecem a definição de intervenção humanitária como

Esse tipo de intervenção é humanitário em um sentido estreito: ou seja, uma intervenção feita para proteger ou fazer valer os direitos humanos fundamentais de não cidadãos que (1) estão sendo violados pelos atos do seu próprio governo ou pela recusa deste de proibir a outros agentes de fazê-lo, ou (2) estão em perigo por causa de uma situação anárquica na qual não existe um governo que seja capaz de assegurar esses direitos-tipicamente a condição de um Estado falido (WEISS, 2007, p.28).

De fato, a Carta da ONU dita um alto nível de preocupação e compromisso universal com os direitos humanos, essa conexão de manutenção da paz com os direitos é essencial no sistema internacional e que a paz depende dessa relação íntima (CORRÊA, 2011).

Esse debate sobre a soberania, não intervenção e direitos humanos ainda continua buscando equilíbrio dentro e fora dos Estados, porém independente da noção de soberania com a não intervenção, os direitos humanos ganha cada vez mais espaço ao longo do tempo.

3. A ATUACAO DO BRASIL NAS MISSÕES DE PAZ DA ONU

As operações de paz foram iniciadas pelas Nações Unidas em 1947, com a finalidade de colocar em prática o sistema de segurança coletiva, a manutenção da paz e a segurança mundial. O Brasil iniciou sua participação nas missões de paz em 1948, enviando militares para a Comissão Especial das Nações Unidas que operou na Grécia entre 1947 a 1951 (RIZZI, 2005).

A operação do Batalhão em Suez foram 20 contingentes do Exército Brasileiro como parte das Forças de Paz da ONU, enviada ao Oriente Médio, no conflito entre Israel, Egito e seus vizinhos em 1956. As chamadas Boinas Azuis do Batalhão de Suez foram militares brasileiros que participaram da I FENU (Primeira Força de Emergência das Nações Unidas), criada para o estabelecimento da manutenção da paz após a deflagração da guerra entre Israel e Egito (LUIZ BUENO, 2005).

Cerca de 6 mil homens do Exército Brasileiro participaram dessa missão, deixando sete soldados mortos no local entre 1957 e 1967. O Brasil permaneceu na operação durante dez anos e em 1988, as Forças de Manutenção de Paz das Nações Unidas receberam a outorga do Prêmio Nobel da Paz- As Boinas Azuis da Paz (LUIZ BUENO, 2005).



Desde o momento de sua entrada do Brasil nas atividades das Nações Unidas, o país participou em mais de 50 operações de paz e políticas especiais realizadas pela ONU, contribuindo com militares, policiais, peritos eleitorais, especialistas em saúde, civis e tropas armadas, tendo como os mais recentes, Moçambique, Angola, Timor Leste, Haiti e Líbano (RIZZI, 2005).

Os processos domésticos, a política externa e a política de defesa são influenciadoras no engajamento dos países em participar das missões de paz. O Brasil como potência emergente, aumentou significativamente seu papel de liderança nas operações de paz, essa ferramenta da política externa brasileira funciona como uma projeção em alcançar os objetivos externos do país, como por exemplo, o desejo em conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (CAVALCANTE, 2010).

A ONUMOZ (do inglês *United Nations Operations in Mozambique*), foi uma missão de paz estabelecida para implementar o Acordo Geral de Paz entre os presidentes moçambiquenses, depois do país ter sido palco de vários anos de guerra civil com confrontos diretos e violentos entre os partidos: Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) do presidente Joaquim Chissano e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) governado por Afonso Dhlakama. A operação tinha como objetivo o cumprimento de cessar fogo, a retirada das forças estrangeiras e o supervisionamento do processo eleitoral. Nesta ação, o Brasil contribuiu com observadores militares e policiais, uma unidade médica além de uma companhia de infantaria com 170 militares. Essa missão foi comandada pelo General Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva até o final, em 1994 (CAVALCANTI, 2007).

A Primeira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I), foi criada pelo Conselho de Segurança que em sequência aprovou mais duas operações: a UNAVEM II e UNAVEM III. A primeira missão de paz em Angola ocorreu em 1989 a 1991, com o objetivo da retirada das tropas cubanas do território angolano, além de operar o acordo de cessar fogo entre a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), apoiados pelos Estados Unidos e África do Sul; e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), apoiados pela União Soviética e Cuba. Comandado pelo General de brigada Péricles Ferreira Gomes, o Brasil contribuiu com observadores militares sob comando da ONU (RIZZI, 2005).

A segunda missão, UNAVEM II, ocorreu entre 1991 a 1995 com o intuito de supervisionar o Acordo de Paz durante a guerra civil na Angola, o controle de cessar fogo entre os partidos MPLA e UNITA, além de supervisionar o processo eleitoral. O Brasil continuou apoiando com forças brasileiras enviando militares, policiais, unidade médica, ainda sob o comando do general Péricles Ferreira Gomes (ONU, 1991).

A terceira operação em Angola, a UNAVEM III, foi realizada em 1994 a 1997, agora para auxiliar o governo angolano, a UNITA, de acordo com o Acordo de Paz, a restabelecer a paz e conseguir a reconciliação nacional. Esta operação foi a que recebeu o maior número de militares do Brasil, incluindo agora um batalhão de infantaria, companhia de engenharia, postos de saúde bem estruturados, além dos observadores policiais (HAMANN, 2016).

No fim desta missão, a ONU reconheceu o Brasil como o maior contribuinte nas operações de paz da época, contando com os capitães de mar e guerra: Carlos Eduardo Brandão (1996-1997) e Carlos Ribeiro da Silva (1997-1998). Houve



também as transferências de efetivos das missões da UNTAET (*United Nations Transitional Administration in East Timor*) para UNMISSET (Missão das Nações Unidas de apoio ao Timor Leste), com o intuito de estabelecer a assistência da recém independência do Timor Leste (HAMANN, 2016).

A seguir, a tabela elenca a participação do Brasil nas missões de paz da ONU, com unidades militares constituídas (de jan/1956 a dez/2015)

Período	Missão	Local	Desdobramento de tropas	
			Unidade militar	Total
Jan. 1956-jun. 1967	UNEF I	Suez	1 batalhão de infantaria (aprox. 600 militares), em sistema de rodízio	6.300
Jan. 1993-dez. 1994	ONUMOZ	Moçambique	1 companhia de paraquedistas (aprox. 170 militares) + militares em missão individual	216
Ago. 1995-jul. 1997	UNAVEM III	Angola	1 batalhão de infantaria (aprox. 800 militares) + 1 companhia de engenharia (aprox. 200 militares)	4.169
Out. 1999-mai. 2002	UNTAET	Timor Leste	1 pelotão de Polícia do Exército (primeiro 50, depois 70 militares)	378
Mai. 2002-mai. 2005	UNMISSET	Timor Leste	1 pelotão de Polícia do Exército (PE) (70 militares) até 2004, quando o pelotão foi substituído por 1 companhia da PE (125 militares)	488
Jun. 2004-dez. 2015	MINUSTAH*	Haiti	1 batalhão de infantaria (aprox. 800 militares) e 1 companhia de engenharia (aprox. 200 militares); 2º batalhão desdobrado entre 2010 e 2013 (6 contingentes)	32.904
Jan. 2011-dez. 2015	UNIFIL*	Líbano	1 navio capitânia com tripulação de aprox. 250 militares e 1 Estado-Maior em terra (13 militares)	2.505

*Os dados estão disponíveis até dezembro de 2015, mas a MINUSTAH e a UNIFIL ainda estão em operação, de modo que o total desdobrado em cada uma dessas missões ainda vai aumentar. Fontes: Brasil (2016), Fontoura (2005) e Ramos (2016). Preparado por Eduarda Passarelli4

O preparo dos militares também foi muito importante e passou por normatização e institucionalização na fase 2000-2005, obtendo grande alteração e complexidade no contexto do engajamento do Brasil nas missões da ONU. Na década de 1990, cada militar era responsável por seu próprio preparo, ao longo dos 10 anos, o Exército engajou no Comando de Operações Terrestres (COTER), que logo criou o Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB) (BRASIL, 2016).

Já em 2005, o Exército criou o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), a partir daí os treinamentos foram se aperfeiçoando cada vez mais em grande velocidade (BRASIL, 2016)

4. A ASCENSÃO DA BRASILEIRA NAS RECENTES MISSÕES DE PAZ: HAITI E LÍBANO

Os motivos que explicam a crescente participação do Brasil nas operações de paz, além de político e institucional, são elencados por fatores do histórico da Política Externa Brasileira: a) inserir o país na dinâmica de segurança coletiva da ONU; b) exercer os princípios que regem as relações internacionais do Brasil, de



acordo com o art. 4 da Constituição Federal; c) validar a candidatura do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança; d) prover maiores experiências para as Forças; e) compensação monetária da ONU; f) orgulho nacional, prestígio e imagem (UZIEL, 2015).

Desde o princípio, o Brasil tem conduzido sua política externa com os ideais da não intervenção, a resolução pacífica, a autodeterminação dos povos, a inviolabilidade da soberania, o não uso da força etc. A mudança brasileira nas operações de paz se dá por uma nova postura que objetiva a projeção do país como ator relevante no sistema internacional (SOUZA NETO; SILVA; BRAGA, 2017).

A Política Externa Brasileira no século XXI, governado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, formulou uma nova trajetória na participação das missões de paz realizadas pela ONU, voltada para os interesses domésticos com a responsabilidade de superar o subdesenvolvimento junto com os países vizinhos e aliados, através da solidariedade e defesa de valores, motivando a justiça social para a humanidade (NASSER, 2012). Segundo as palavras do ministro Celso Amorim

É dessa visão de mundo que surge a “não-indiferença”, uma diretriz humanista de nossa política externa. Foi esse espírito de solidariedade que, por exemplo, animou a decisão de liderarmos no braço militar da Missão de Estabilização no Haiti ou suprimentos para a população da Faixa de Gaza (MRE, 2009, P.1).

Uma das primeiras características a se notar na mudança do comportamento brasileiro nas missões, foi a partir das contribuições que o Brasil passou a engajar nas operações. No caso do Timor Leste, a contribuição de contingentes na missão já começa a aumentar, mas é nas operações do Haiti e Líbano que de fato se presencia o envio de maior número de tropas. Vale ressaltar que o Brasil tinha uma posição tímida em relação aos envios de contingentes, contribuindo com pequenas quantias de observadores militares e oficiais (KENKEL, 2013).

A segunda característica da transformação brasileira em sua participação se dá nas operações robustas que a Carta da ONU aborda em seu Capítulo VII, que legitimam o uso de medidas coercitivas em prol da paz mundial. Esta outra mudança na forma de agir do Brasil nas operações de paz, além de estar fortemente ligada às pretensões citadas anteriormente, se sustenta pelo novo direcionamento da política externa em querer uma visibilidade global e conseqüentemente conseguir permanência no Conselho de Segurança das Nações Unidas (HAMANN, 2016).

Assim, veremos as missões MINUSTAH e UNIFIL como trajetória marcante do Brasil, que leva a um novo caminho de sua política externa, que coloca o país em uma posição relevante nas questões de paz e segurança.

Em 2001, o presidente Jean-Bertrand Aristide venceu as eleições no Haiti com menos de 10% dos votos da população e negados o resultado pela oposição, uma onda de violência se inicia nas grandes cidades do país sem nenhum tipo de resistência. Com a renúncia de Aristide, o Conselho de Segurança da ONU cria uma resolução (1542) no ano de 2004, solicitando a criação de uma força internacional para restabelecer a ordem e a paz, garantir o desarmamento, assegurar a transição governamental, garantir os direitos humanos, garantir a saúde pública, controlar o vírus do HIV/AIDS e coordenar assistência humanitária (ONU, 2004).



As tropas brasileiras iniciam sua preparação em fevereiro de 2004, seguindo para o Haiti após negociações para assumir o cargo de coordenação e substituir a Força Interina Multinacional, liderada pelos países aliados da missão, França e Estados Unidos. O Brasil foi o primeiro país a entrar no Haiti e iniciar a operação de paz (BARBOSA JUNIOR, 2017).

A ONU teria almejado o número de contingentes para a realização da missão no Haiti com 6.060 profissionais. Depois do grande terremoto em 2011, o número ultrapassou de 12.000, contando com mais de dez anos de participação brasileira nesta missão, o Brasil contribuiu com mais de 37 mil militares totalmente uniformizados. Segundo o general Floriano Peixoto Vieira Neto, as etapas do Brasil nesta operação se dividiriam desde a ambientação, a reforma do pacifismo até a recuperação do terremoto e retorno do país a normalidade (VIEIRA NETO, 2017).

Além do auxílio das funções armadas para o processo de pacificação contra gangues em várias cidades do país, o Brasil também se engajou nas atividades de construção de estradas, pontes, capacitação para o posicionamento haitiano, processo eleitoral, na parte de agricultura e ajuda humanitária (SOUZA NETO, 2012). Como fechamento da MINUSTH, em 2017, as palavras do Ministro da Defesa, Raul Jungmann:

Nós alcançamos os objetivos. Hoje, o Haiti que vivia em guerra civil, tem um governo democrático, é um país pacificado e com muito menos violência. E também, por fim, hoje nós temos um grande programa de assistência social com o Haiti, sobretudo nos aspectos da saúde, da assistência social, da formação de pessoal e da agricultura (JUNGMANN, 2017).

Desde março de 1978, o contexto de conflito no território libanês cada vez mais se intensifica, além de lutar para a retirada das tropas israelense no sudeste do Líbano, também luta para o impedimento da entrada de armas ilegais e contrabandos. A resolução 426, criada pelo Conselho de Segurança da ONU, foi estabelecida para assegurar a retirada das tropas de Israel, e auxiliar o governo do Líbano a restaurar sua autoridade (ONU, 1978).

A economia libanesa começa a sofrer forte crise em 2006 diante o bloqueio aeronaval instaurado por Israel, isso faz com que o Ministro Libanês, Foad Siniora, acionasse formalmente a ONU, o mandato de Forças Marítimas para atuação em todo o Sul do país. Após a crise política entre as Forças de Israel e a organização política libanesa, a Hezbollah, o Conselho de Segurança adicionou tarefas de cessação das hostilidades, além de garantir acesso humanitário a população e o retorno seguro dos voluntários (SILVA, BRAGA; MARCONDES, 2017).

Em 2006 o Conselho de Segurança vincula uma missão de *peacekeeping* com a Força Tarefa Marinha Internacional pela primeira vez na história (FTM-UNIFIL). Em fevereiro de 2011, o Brasil se integrou a operação como capitão da força, depois da saída da Itália, vale ressaltar que é a primeira vez que um país não membro da OTAN comanda um FTM. O Brasil dispõe de enviar a Fragata União, um helicóptero e um contingente com trezentos militares da marinha (BRASIL, 2011).

Entre 2011 e 2017, o Brasil contribuiu com mais de 2 mil militares, só em 2017 havia mais 200 militares brasileiros na missão. Diante o depoimento concedido do Almirante Chaves em relação ao engajamento e atuação da Força Marítima Interina da operação UNIFIL, menciona de maneira pacífica a função do FTM na entrada dos portos libaneses, visando



à necessidade do uso da força como regra de engajamento para a defesa da população civil (CHAVES, 2018).

CONCLUSÃO

Com base no que foi abordado no artigo, podemos concluir que o Brasil desde seu início nas negociações internacionais, prezou por uma doutrina própria de sua política externa voltada por um modelo singular de atuação. O desejo pela ascensão internacional e a superar o subdesenvolvimento, mostra os seus interesses domésticos em participar de grandes conflitos internacionais, ao lado de superpotências, no intuito de inserção e prestígio.

As operações de paz se tornaram um pilar importante para inserção internacional do Brasil. Por pretensões para ocupar um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU (CSNU), o Brasil ainda possuía uma força militar *Hard Power*, comparado aos países que obtém uma cadeira permanente no CSNU, como Estados Unidos e França, países de primeiro mundo com uma força bélica enorme com força militar *Soft Power*, o desejo brasileiro não hesitou em tomar a frente nas atividades realizadas pela ONU.

A partir disso, em 2005, o Brasil criou o Centro de Construção de Operações de Paz, com a finalidade de preparar as tropas para as missões. Em 2010 o campo de treinamento foi alterado para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.

As Forças Armadas deram início em sua participação com alguns critérios básicos de atuação como: a imparcialidade, uso apropriado da força e respeito pelos princípios do direito internacional humanitário, além de adquirir experiências em campo real de conflitos.

A Política Externa Brasileira, que sempre seguiu seus princípios básicos, como a não intervenção, o pacifismo, a não ingerência, se deixa aprofundar nas operações de paz, obtendo experiências sobre estabilização e implicações de intervir sob o capítulo VII da Carta da ONU, no contexto de hostilidade e violência.

Apesar dos grandes desafios, desconfianças, em relação aos comandos das missões representadas pelo Brasil, o país conseguiu de fato normalizar e pacificar os países e desempenhar seu papel com responsabilidade, respeito e solidariedade.

Dessa forma, os interesses brasileiros direcionam sua política externa cada vez mais para a área de defesa e segurança internacional, como também é requisito essencial para a inclusão do Estado como protagonista na esfera internacional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA JUNIOR, I. Os primeiros desafios: o planejamento e o início da missão. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL 13 ANOS DO BRASIL NA MINUSTAH: LIÇÕES APRENDIDAS E NOVAS PERSPECTIVAS**, 1., Rio de Janeiro. Painel 1. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais; PUC-RIO, 2017.

BARRETO, Fernando de Mello. **Da Primeira Guerra Mundial à Liga das Nações**. In: **Silva, Raul Mendes. Missões de paz: A diplomacia brasileira nos conflitos internacionais**. Rio de Janeiro: Log On, 2003.



BRASIL. Mensagem no 402, de 2011. **Aprova o envio de um navio da Marinha do Brasil para compor a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. **5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército**. Base de dados com o número total de militares brasileiros (das três Forças Armadas) que participaram de todas as missões da ONU (atualizada até dezembro de 2015). Brasília, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Serviço de Informações ao Cidadão (SIC/MD)**. Resposta à solicitação de dados feita pela autora via Lei de Acesso à Informação – pedido n. 60502.001154/2015-84. Brasília, 15 de junho de 2015.

CAVALCANTE, F. Rendering peacekeeping instrumental? The Brazilian approach to United Nations peacekeeping during the Lula da Silva years (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 2, p. 142-159, 2010.

CAVALCANTI, C. A. M. Angola e Moçambique: as operações de paz. **Centro Brasileiro de Relações Internacionais**, ano 2, v. 4, out./dez. 2007.

CERVO, Amado, BUENO, Clodoaldo (1992). **História da política exterior do Brasil**. São Paulo; Ática.

CHAVES, Sérgio Fernando de Amaral. Almirante Chaves: depoimento [20 de abril. 2018]. Rio de Janeiro: **Escola de Guerra Naval**, 2018. Entrevista concedida ao grupo.

CORRÊA, A. R; BERNARDINO, J. M; PAULA, L. D; OLIVEIRA, T. C; BATISTA, T. M; **O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU**, UNESP, 2010.

CORRÊA, M. L. Dinâmicas que marcaram a cooperação internacional no Brasil nas últimas décadas. **Revista Rede de Humanização do Desenvolvimento**, n. 1, p. 14-18, 201

1.

DISCURSO do ministro Celso Amorim por ocasião da abertura do curso de Relações Internacionais na Universidade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 13 de abril de 2009. **Ministério das Relações Exteriores**, 2009.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do barão do Rio Branco. **Revista Brasileira de política internacional**, v. 43, n. 2, p. 130-149, 2000.

EVAMAR Brito- **Política Externa Brasileira**, s/d. -professor Doutor da faculdade de Direito da UFMG. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/1181/1114>



FABIANO LUIZ BUENO LOPES- **Batalhão Suez- FORÇA DA PAZ DA ONU: MEMÓRIA E HISTÓRIA MILITAR**, Londrina, 2005.

FERRAZ, Francisco Cesar Alvez. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FINNEMORE, Martha. **purpose of intervention: changing beliefs about the use of force**. USA: Cornell University Press, 2003.

HAMANN, Eduarda Passarelli. O brasil e as operações de manutenção da paz: a consolidação de um novo perfil?. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 95-110, dez. 2016

KENKEL, K. Brazil. In: BELLAMY, A. J.; WILLIAMS, P. D. (Eds.). **Providing peacekeepers: the politics, challenges and future of United Nations peacekeeping contributions**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Diplomacia Brasileira – Palavras, Contextos e Razões**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

MINISTÉRIO da Defesa- **Missões de Paz**, s/d. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz>

MIYAMOTO, Shiguenoli. Política Externa Brasileira: 1964-1985. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, p.3-19, jul. 2013.

NASSER, F. Pax Brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas. In: KENKEL, K.; MORAES, R. F. (Orgs.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: Ipea, 2012.

O Globo. **Militares brasileiros deixam um Haiti pacificado, diz Jungmann**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/militares-brasileiros-deixam-um-haiti-pacificado-diz-jungmann-21772069?versao=amp>.

ONU – **Organização das Nações Unidas. Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. Rio de Janeiro: Unic RIO, 1945. Artg. 51. Disponível em: <https://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>.

ONU- **A Carta das Nações Unidas**, 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>

ONU- **Carta das Nações Unidas. Resolution 426 of 19 march 1978**. ONU, 1978. Disponível em:<[https://undocs.org/S/RES/425\(1978\)](https://undocs.org/S/RES/425(1978))>.



ONU- Organização das Nações Unidas- Resolution 1542, 2004. ONU, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2uDZNba>>.

ONU- Organização das Nações Unidas. **Yearbook of the United Nations 1991**. Nova Iorque: ONU, 1991.

ONU. A/55/305-S/2000/809 - **Report of the Panel on United Nations Peace Operations - Nova Iorque: United Nations, 2000**. Disponível em: <<https://www.un.org/documents/ga/docs/55/a55305.pdf>>.

RAMSBOTHAM, Oliver, WOODHOUSE, Tom, e MIAL, Hugh. **Contemporary Conflict Resolution**. Cambridge: Polity Press, 2008.

RIZZI, K. R. **Relações Brasil-Angola no pós-Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SILVA, Antonio Ruy Almeida; BRAGA, Carlos Chagas Vianna; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. The Brazilian participation in UNIFIL: raising Brazil's profile in international peace and security in the Middle East?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 60, n.2, p.1-19, ago. 2017.

WIESS, Thomas. **Humanitarian intervention**. Cambridge: Polity Press, 2007, p.28.

SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH. In: KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Francalossi de (Org.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: Ipea, 2012. cap. 9, p. 243-268.

TOMAIM, Cassio dos Santos- Documentário e a Memória do Brasil na Segunda Guerra Mundial. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas**. 2ª ed. Brasília, DF. Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

VIEIRA NETO, F. P. Epopeia militar brasileira no Haiti. In: HAMANN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (Orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: CCOPAB; Instituto Igarapé, 2017.

VIZENTINI, Paulo Fagundes (1995). **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)**. Petrópolis, RJ: Vozes.

